

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2016

(Da Sra. Soraya Santos)

Requer a realização de Audiência Pública para debate do significado da palavra “gênero” a fim de desestigmatizar tal temática já que, quando abordada nesta Casa, é motivo de questionamentos, dúvidas, preconceitos e entraves.

Senhora Presidente:

Requeiro, nos termos regimentais e ouvido o Plenário desta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, a realização de Audiência Pública para discussão referente ao significado da palavra “gênero” a fim de desestigmatizar tal temática já que, quando abordada nesta Casa, é motivo de questionamentos, dúvidas, preconceitos e entraves.

Para o debate, solicito sejam convidados:

- Dra. Amini Haddad Campos –Juíza de Direito do Mato Grosso - MT;
- Sra. Débora Diniz – Professora da UnB e pesquisadora da Anis – Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero;
- Pe. Paulo Ricardo de Azevedo Júnior – Clero da Arquidiocese de Cuiabá – MT;
- Sr. Felipe Nery Martins Neto - Consultor pedagógico e orientador família.

JUSTIFICAÇÃO



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Atualmente tramitam na Câmara dos Deputados várias proposições com a expressão “gênero” em seu bojo. Muitas dessas, inclusive, de interesse das Mulheres. Pelo fato da incompreensão do termo “gênero” representar um óbice à tramitação dessas proposições se faz necessário a imediata discussão desse termo a fim de que possamos tramitar proposições, realizar seminários e audiências públicas que tratem desta matéria. Importante salientar que projetos de lei de suma importância para as mulheres, como por exemplo, o PL 7371/14 – que cria o Fundo Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, estão “parados” em suas tramitações legislativas pela falta de compreensão do referido termo.

O Brasil é um dos países com maior desigualdade entre os gêneros em todos os âmbitos da sociedade. De acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad), em 2014, as trabalhadoras brasileiras recebem aproximadamente 27% menos do que os homens que desempenham funções similares. O aspecto profissional é apenas um exemplo de muitos existentes no país, fazendo com que o abismo da desigualdade entre os gêneros continue enorme.

Dessa forma, solicito atenção aos nobres pares para apoiarem a realização da presente audiência pública que se destina a debater tema de extrema relevância ao Brasil, tornando imprescindível a necessidade da discussão a respeito da matéria tendo em vista o fato de sempre gerar polêmica a simples menção da palavra “gênero” na Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão em, de de 2016.


Sóraya Santos

Deputada Federal

